

O CURRÍCULO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: REFLEXÕES PERTINENTES

Lucineia Teresinha Colecha Fabri¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo propor reflexões voltadas às questões curriculares destinadas às escolas de educação básica na modalidade de Educação Especial. Faz-se referência ao currículo e à sua aplicabilidade nas escolas especializadas, diante das necessidades educativas dos alunos que estudam nessas instituições. Ademais, reflete-se acerca das práticas e ações pedagógicas propostas pelos docentes em meio às especificidades existentes num universo heterogêneo, abrigado pelas escolas especializadas. Discute-se ainda, sobre a atuação frente a diversidade dos estudantes, efetivando a abordagem e o direcionamento de um currículo escolar formal, que não segregue as aprendizagens, nem tampouco anule os estudantes de uma ação efetiva de desenvolvimento e escolarização. Os temas sobre as questões curriculares e as práticas pedagógicas nas escolas especializadas foram investigados pela pesquisa bibliográfica. Para melhor compreensão desses temas, pesquisou-se o documento que orienta as escolas especializadas, intitulado “Documento Norteador - Educação e ação pedagógica”, elaborado em 2017, que delinea as ações e a organização das escolas especializadas. Esse documento é de grande importância, porque mostra de que forma deve ser elaborado o currículo para as escolas especiais, haja vista que, nesse contexto, deve ser flexível e dinâmico, com dimensões de multi-representações. É nessa atmosfera que a escola direciona as necessidades educacionais das suas demandas e as suas especificidades, definindo a proposta de inclusão ou exclusão escolar. Portanto, há muitos desafios que permeiam a efetivação do currículo aberto e flexível na práxis pedagógica, com os alunos com deficiências. É preciso aprofundar os conhecimentos acerca da aplicabilidade e da importância do currículo para uma educação efetivamente inclusiva, que valoriza os alunos, em todos os aspectos, sejam sociais, cognitivos ou afetivos.

Palavras-chave: Educação Especial. Currículo. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

The present article reflects on the curricular activities of primary education schools in the Special Education modality. Reference to the curriculum and its applicability in special schools is made, given the educational needs of students from these institutions. It reflects on teachers' pedagogical practices and actions amid the specificities of a heterogeneous universe sheltered by specialized schools. The student's performance in the face of diversity is also discussed, carrying out the approach and direction of a formal school curriculum that does not segregate learning nor nullify students from an effective action of development and schooling. The themes of curricular issues and pedagogical practices in special schools were investigated by bibliographic research. The document that guides special schools, entitled “Guiding Document - Education and Pedagogical Action,” from 2017, was researched, highlighting the special schools' actions and organization. This document is of great importance because it shows how

¹ Especialização em Educação Especial e Inclusiva/Ação Docente, Especializada pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras, Brasil (2018). Professora do Secretaria Municipal da Educação de Prudentópolis, Brasil.

the curriculum for special schools should be elaborated, given that, in this context, it should be flexible and dynamic, with dimensions of multi-representation. With that, the school directs the educational needs of its demands and specificities, defining the proposal of school inclusion or exclusion. Therefore, many challenges permeate the effectiveness of the open and flexible curriculum in pedagogical practices with students with disabilities. It is necessary to deepen the knowledge about the applicability and importance of the curriculum for an effective inclusive education that values students in all aspects, whether social, cognitive, or affective.

Keywords: Special Education. Curriculum. Pedagogical Practices.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea sofreu inúmeras transformações advindas de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais e educacionais. Nesse interim, a educação, como processo de formação humana, foi delineando-se e estabelecendo novos princípios e perspectivas de práticas pedagógicas e estruturais, focadas na promoção do processo formativo na sua totalidade. No entanto, nem sempre as abordagens, as metodologias e os conteúdos contemplados nas escolas foram pensados e elaborados para dar conta das especificidades dos educandos com os quais se trabalha.

Tratando-se dos alunos com necessidades educativas especiais, que requerem um atendimento especializado, as práticas realizadas nas escolas, muitas vezes, não contribuem para a formação efetiva e inclusiva desses sujeitos. As escolas especiais atendem um público diferenciado: crianças, jovens e adultos com diferentes diagnósticos e com condições físicas/motoras, cognitivas e comportamentais distintas. Sendo assim, os profissionais docentes se deparam com inúmeras situações educacionais, diversidades e especificidades dos alunos, fazendo-se necessária uma intervenção contínua e repetitiva do ensino de determinados conceitos e habilidades.

É importante salientar que em qualquer definição de currículo, esse sempre está relacionado as situações da vida escolar e social do aluno, não existindo neutralidade no currículo, sendo visto sempre como o caminho de intencionalidade educacional.

Nesse sentido, Sacristán (2000) destaca que,

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino (SACRISTÁN, 2000, p. 15-16).

Nessa perspectiva, a viabilização e a flexibilização curricular do planejamento para todos os alunos que ainda não conseguiram atingir os objetivos, as expectativas e os requisitos básicos para a progressão de ciclos e etapas é essencial. Também tem relevância em todo esse processo o trabalho contínuo com relação às abordagens dos conteúdos curriculares previstos para cada faixa etária e os seus níveis de aprendizagem realizados e aplicados pelos professores. Assim, é possível afirmar que a formação dos profissionais docentes assume

papel fundamental nesse processo, uma vez que ela poderá determinar a escolha das abordagens, bem como a atuação desse profissional frente ao público das escolas especializadas.

METODOLOGIA

Neste trabalho, o objetivo principal foi desenvolver uma pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento de livros e artigos científicos publicados em periódicos e revistas no Google Acadêmico, que trazem como temática currículo, currículo nas escolas especializadas, adaptações curriculares e práticas pedagógicas.

A pesquisa bibliográfica, segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021), consiste no levantamento ou revisão de obras publicadas acerca da teoria que dará embasamento teórico para a execução do trabalho científico, que precisa da atenção, dedicação e análise do pesquisador. É desenvolvida com ênfase em materiais já elaborado, constituído por livros e artigos científicos.

Foi feita também com base na abordagem qualitativa, que busca analisar e descrever os referenciais encontrados. A pesquisa qualitativa é compreendida como uma expressão genérica, o que significa que compreende atividades ou investigação, que podem ser denominadas. Ademais, são trabalhados os dados, buscando interpretar os significados e o uso da descrição qualitativa visa captar as essências, buscando explicar melhor a sua origem, mudanças, relações e consequências (LARA; MOLINA, 2015).

Nesse sentido, para a busca de artigos que contemplassem o tema, foco desse estudo, foram utilizados os seguintes descritores: a) currículo, b) práticas pedagógicas na educação especial e c) reflexões acerca das ações docentes.

Quadro 1

AUTOR	TÍTULO/ANO	REVISTA/EDITORIA
BANZZATTO, Regiane	Educação Especial: pesquisa e prática, 2012.	Editora InterSaberes, 1ª Edição;
CARVALHO, Rosita Edler	Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. 2008	Porto Alegre: Mediação.
FERNANDES, Sueli.	Fundamentos para educação especial. 2013.	Curitiba: Ibplex, (Série Fundamentos da Educação) - 2. ed.
GOODSON, Ivor	A construção social do currículo. 1997.	Lisboa: EDUCA
MAINARDES, Jeferson.	A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. (2018);	Jornal de Políticas Educacionais. v. 12, n. 16.

MATÍNEZ, A.; GONZÁLES REY, Fernando. MITJÁNS, MARTÍNEZ, Albertina.; SCOZ, B.J. DE L.; CASTANHO, Marisa Irene S (Org.).	Ensino e aprendizagem: subjetividade em foco (2012);	Brasília: Líder Livro
OLIVEIRA, F. M. G. S.	Documento norteador: educação e ação pedagógica. 2017.	Brasília
ROLDÃO, M do C. Porto/Portugal: Porto Editora, 2003.	Diferenciação curricular revisitada: conceito, discurso e práxis. 2009.	Doc., Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 57-70, ago./dez.
SACRISTÁN, J. Cimenó.	O currículo uma reflexão sobre a prática. 2000.	Porto Alegre: Artmed
SÁ-SILVA, J Jackson Ronnie. ALMEIDA, Cristóvão Domingos. de. GUINDANI, Joel Felipe.	Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. Ano.	Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.

Fonte: A autora (2022)

Foram encontrados 35 trabalhos, dos quais foi feita a leitura do resumo e das considerações finais. Para a pesquisa foram selecionadas dez obras, entre estudos publicados em revistas e livros, que abordavam o tema diretamente, excluindo os demais. Foram encontrados três artigos para cada descritor.

CONTEXTOS E PRÁTICAS NAS ESCOLAS ESPECIALIZADAS

Nas últimas décadas, ações relacionadas à Educação Especial foram se delineando, pois a realização de estudos no âmbito da educação e defesa de direitos humanos foi se expandindo no nosso país (BRASIL, 2008).

Oliveira e Carvalho (2017) expressam que a Rede Apae é comprometida com os direitos dos sujeitos com deficiências, buscando a implementação e consolidação de uma inclusão escolar sustentada em todo o país. Dessa forma, como entidade de pais, amigos e alunos, não somente acompanha o processo de inclusão pelos eventos científicos sobre o tema, mas também apoia esse processo pelas unidades educacionais da Rede Apae, que atuam em escolas especiais para ofertar educação escolar como centros de atendimento educacional especializado. Nessas instituições, é ofertado atendimento educacional especializado contínuo ou, de forma esporádica, para alunos que estão incluídos em escolas do ensino comum.

A inclusão pela educação se baseia num processo consolidado na concepção de direitos humanos, na premissa de igualdade e equidade diante das oportunidades de agregar e possibilitar acesso

às aprendizagens e aos conhecimentos, respeitando as diversidades e particularidades específicas de alunos, público da Educação Especial, bem como na ação pedagógica especializada (BRASIL, 2018).

Dessa maneira, Oliveira e Carvalho (2017) descrevem que:

As escolas especiais para educação escolar, na modalidade educação especial, destinam-se a esse público-alvo, principalmente estudantes que necessitam de apoios intensos e contínuos para alcançarem resultados efetivos na aprendizagem e no desenvolvimento, mediante processo de ensino especializado demandado pelos estudantes, visando o cumprimento da meta de inclusão plena (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017, p. 13).

Portanto, é público-alvo das escolas especializadas aqueles(as) alunos(as) que apresentam Deficiência Intelectual, Múltipla Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Atrasos no Desenvolvimento Neuropsicomotor, que, por sua vez, caracterizam-se pela diversidade de competências intelectuais e adaptativas, necessitando de apoio e intervenções pedagógicas e curriculares diversificados em:

[...] tipo, quantidade, intensidade e duração, para possibilitar-lhes melhor funcionamento em aspectos diferenciados do desenvolvimento e da aprendizagem. Essas demandas não vêm sendo atendidas efetivamente pelas redes públicas e particulares de ensino. Lacunas explicadas, talvez, por razões de ordem física, técnica, tecnológica, atitudinal, gerencial, formativa e outras que impedem em plenitude o acesso, a permanência e o percurso com sucesso desses estudantes na escola (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017, p. 13).

Diante das especificidades e do universo heterogêneo que as Escolas Especializadas abrigam no seu contexto de atuação junto as práticas docentes, e, como ela busca atuar frente as diversidades dos alunos, busca-se a aplicabilidade e o direcionamento de um currículo escolar formal que não segregue as aprendizagens nem tampouco anule esses estudantes de uma abordagem efetiva de desenvolvimento e escolarização. Deve-se sempre reconhecer os aspectos subjetivos que estão presentes no processo de aprendizagem, os tempos e estilos peculiares de cada estudante, considerando-o como sujeito crítico e criativo, visto como centro do processo educativo.

A esse respeito, Banzatto (2012, p. 21) afirma que: “O espaço denominado sala de aula destina-se ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Todavia cabe ressaltar que se trata de um ambiente de diversidade, uma vez que abriga um universo heterogêneo, plural e em movimento constante”.

Mainardes (2018) destaca que a análise do contexto da prática inclui reunir dados significativos, sendo importante pensar que as políticas não são implementadas, mas, há criação de ajustes secundários, interpretações, traduções e reinterpretações.

Para Mainardes:

O foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isso envolve identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da

prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas (MAINARDES, 2006, p.4).

Nesse contexto, Mainardes (2006) destaca a complexa e controversa abordagem acerca da política educacional, enfatizando processos micropolíticos e a ação de profissionais que lidam com questões políticas locais, apontando a necessidade de se articular aos processos macro e micro, em que ocorre a análise das políticas educacionais.

Para Mainardes (2006), os profissionais que atuam na educação são excluídos da elaboração de políticas públicas que norteiam a educação, limitando-o também como leitor, à medida que o texto o convida a participar de forma mais ativa na interpretação do texto.

Observa-se nas experiências cotidianas, que tanto os professores das escolas especializadas, como os professores das salas de ensino comum, ainda apresentam inquietações e anseios a respeito da aplicabilidade dos currículos escolares para o público atendido na educação especial ou que apresentam necessidades educacionais especiais. Isso ocorre, principalmente, no que tange às questões de abordagem e das condições específicas desse público, com o intuito de promover as suas aprendizagens diante das particularidades específicas por eles apresentadas, bem como a diversidade presente no contexto educacional especializado.

De acordo com Banzatto (2012, p. 79-80),

[...] pode-se afirmar, portanto que o desenvolvimento curricular no âmbito da resposta a diversidade fundamenta-se na concepção de currículo como processo. O ensino deve ser concebido como uma intervenção crítico-reflexiva, que requer compreensão da realidade de cada contexto escolar, e não reduzido ao planejamento e aplicação de técnicas consideradas eficazes e generalizáveis.

Para compreendermos as ações organizacionais e pedagógicas das escolas especiais e da atuação da educação especial como abordagem curricular, fazemos um retrospecto a respeito de como iniciaram os atendimentos educacionais aos(as) alunos(as) com necessidades educativas especiais. Anteriormente, a educação especial, quando se reportava ao atendimento da pessoa com necessidade especial, estava diretamente ligada às ações assistenciais, filantrópicas e de reabilitação, não se tendo definido como atuação pedagógica educacional um planejamento curricular que atendesse à escolarização do público da modalidade especial. Todo esse contexto de assistencialismo aos poucos foi se redefinindo, refletindo na atuação de todos os profissionais envolvidos nos processos de atendimento das crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades especiais, sendo essas de ordem física, intelectual ou socioafetiva.

Historicamente, o ensino especializado, assim como as intervenções docentes da educação especial, não deveria distanciar-se do cunho pedagógico, no entanto, por muito tempo as propostas curriculares para educação especial foram norteadas pela concepção de ajustamento social, em que ensinar/educar tinha a pretensão de corrigir, sendo que os currículos eram definidos de maneira estanque, descontextualizada e fora da realidade e da necessidade dos alunos.

Ao longo do tempo, têm ocorrido muitos debates por especialistas e estudiosos sobre as questões que se referem ao currículo e às práticas pedagógicas em contextos educacio-

nais especiais, principalmente sobre as abordagens e aplicabilidades relacionadas ao currículo na educação especial, que vêm tomando dimensões e espaço nas discussões, frente à escolarização formal dos sujeitos, público do ensino na modalidade de educação especial.

Corroborando com essa ideia, Mainardes (2018) expressa que nesse contexto, a estratégia política engloba a identificação de um conjunto de atividades políticas e sociais, o que é necessário para lidar com as desigualdades reproduzidas, envolvendo o exercício propositivo, a partir de pesquisas baseadas nas evidências científicas.

As políticas públicas relacionadas à inclusão escolar vêm direcionando algumas mudanças e discussões no contexto educacional, principalmente no que se refere a operacionalização do ensino dentro da modalidade da educação especial. É de conhecimento de todos os profissionais da educação especial e de relevância, destacar que a LDB 9394/96 no seu Art. 58 traz:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Essas diretrizes têm reflexo direto nas práticas pedagógicas e nas ações docentes direcionadas ao público pertencente à educação especializada. Toda a organização que veio se delineando e tomando uma nova roupagem dentro dos contextos educacionais especializados e das ações pedagógicas trouxeram preocupações e lacunas, principalmente em relação à formação profissional e à organização dos currículos, bem como a operacionalização das ações educativas, mostrando um desencontro entre o que indicam as políticas e as ações ocorridas nas escolas, mas, principalmente, no que se refere às questões de aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos(as) alunos(as), público da educação especial.

Ao considerar as abordagens nas escolas especiais e inclusivas, tem-se em mente um currículo e um planejamento que atenda às diversidades e que possibilite direcionar vários percursos a serem percorridos, direcionados aos alunos que se encontram em processos educativos.

De modo simultâneo em que a escola de ensino comum é apontada como o local mais indicado para a educação de todos os alunos, respeitando as diversidades e a equidade de oportunidades de escolarização, diversos textos e referências fazem menção às escolas especializadas, que, muitas vezes, são apresentadas como uma exceção, sendo recomendáveis para os casos de grande complexidade e que necessitam de apoio específico. Isso é o que cita a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no seu Art. 10:

Os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção

individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas.

Visando o cumprimento da meta de inclusão plena, as escolas para a educação escolar na modalidade de educação especial se destinam ao atendimento, principalmente, dos(as) alunos(as), que necessitam de apoios intensos e contínuos, uma vez que buscam pelo ensino especializado alcançar resultados efetivos de aprendizagem e de desenvolvimento global em todas as áreas, seja ela cognitiva, motora e/ou socioafetiva, permitindo a todos o acesso à educação e a escolarização formal.

Ao longo do tempo, os espaços educativos foram se delineando e tomando um novo direcionamento e ambientes para que pudessem atender e cumprir a defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação (BRASIL, 2008). Esses ambientes foram sendo organizados de forma a atender a escolarização formal dos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais, de modo que houvesse a inclusão de todos aqueles que necessitassem de atendimento educacional especializado e/ou escola especializada para atender as suas especificidades.

Conforme Oliveira e Carvalho (2017), o Documento Norteador para Educação e Ação Pedagógica (2017), da Federação Nacional das APAES, evidencia que:

As escolas especiais da rede APAE surgiram e foram organizadas com o objetivo de atender a demandas sociais em relação a educação da pessoa com deficiência, acenando-se a procura por estudantes com deficiência intelectual e múltipla. Atualizam suas propostas no modelo educacional, saindo do modelo das instituições especializadas, anteriormente de natureza clínica. O compromisso com políticas educacionais, e com o direito do estudante à educação fica evidenciado, logo que é implantada uma Apae, cujo primeiro ato registra a implantação de uma escola especial (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017, p. 35).

Dessa forma, com a necessidade eminente de atenção educacional, construíram-se políticas educacionais que atendessem os interesses e particularidades específicas dos estudantes, com o objetivo de promover uma educação efetiva e currículos que pudessem ser aplicados e adaptados às necessidades de todos os perfis dos(as) alunos(as) atendidos em escolas especializadas e/ou no ensino comum.

Em suma, o currículo que tem sido trabalhado e vivido nas escolas especializadas nem sempre tem contemplado a diversidade existente nas suas demandas. Para que essa questão não acabe em descompromisso por parte das equipes pedagógicas e professores, é fundamental que a escola assuma a tarefa de transformar-se e, assim, oportunizar o acesso aos processos de escolarização, repensando o currículo para que atenda às necessidades e particularidades de todos os(as) alunos(as).

ABORDAGENS CURRICULARES NAS ESCOLAS ESPECIALIZADAS

O direcionamento das abordagens de currículo para a Educação Especial se apresenta de

maneira complexa, no que se refere aos processos de aprendizagens de acesso ao conhecimento formal por parte dos alunos com deficiência. Muitas tensões estão presentes no seu modo de aplicabilidade e efetividade. Há grande insegurança e os anseios dos docentes em definir quais práticas e ações são pertinentes às demandas de alunos com necessidades educacionais especiais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/96, no artigo 59º, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículos, recursos, métodos e sistemas de ensino que garantam uma organização específica para atender às suas necessidades. Partindo desse pressuposto legal, a LDB também estabelece os princípios e fins da educação quanto ao pleno desenvolvimento do educando, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho (art. 2º). Também são reafirmados os valores de igualdade e liberdade, destacando a liberdade de aprender, ensinar e pesquisar, assim como reafirma o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, garantindo a oferta de atendimento educacional especializado, educação especial de qualidade e a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Para isso, os currículos que propõem as escolas especiais e que defendem a oferta de educação especializada devem aspirar e contemplar diretrizes, ações, práticas pedagógicas e avaliação, de forma que se efetivem as aprendizagens e o desenvolvimento integral dos seus estudantes. Busca-se, desse modo, efetivar a eliminação de barreiras ainda existentes diante do que é o ensino comum e o que é o ensino especial.

Partindo da ideia que a educação é um ato político e que o sujeito aprende em um conjunto global de todas as áreas de desenvolvimento e não apenas com o intelecto, sendo que o processo de aprendizagem envolve as dimensões cognitivas, afetivas, motoras e sociais, entende-se, então, que, aprender vai além de processar, elaborar, fixar, organizar e compreender o significado das informações: “inclui produções subjetivas de quem aprende através de sua imaginação e de sua fantasia, ambos inseparáveis da construção intelectual pessoal, singular, e, portanto, criativa” (MARTÍNEZ; GONZÁLES REY, 2012, p. 63).

As aprendizagens pelas abordagens curriculares acontecem de maneira singular, fugindo, assim, da ideia de homogeneizar o ensino dentro de critérios classificatórios, visto que cada estudante tem as suas experiências de aprendizagens, que apresentam, de forma dialógica e, principalmente, abrangendo o mútuo interesse entre os(as) alunos(as) e quem os ensina. Isso envolve, dessa forma, o desenvolvimento na sua integralidade, considerando as particularidades e potencialidades de cada estudante.

Para Goodson (1997), o currículo formal na sua expressão oficial ou currículo escrito, constitui-se em um testemunho, uma fonte documental, um dos melhores guias oficiais sobre a estrutura institucionalizada da escolarização, mas, quando restrita ao rol de matérias e aos programas com análise isolada, torna-se insuficiente e passível de distorções.

Para tanto, no âmbito das escolas especializadas e na concepção que o currículo traz para a escolarização dentro da educação especial, é preciso ter em mente que antes de ser currículo para escolarização da educação especial, é currículo para educação como um todo,

no sentido de oportunizar o acesso integral e gradual na sua totalidade e garantindo o direito dos alunos, independentemente das condições cognitivas e de aprendizagem que apresentam.

Também, para que a educação e o aprendizado de alunos com necessidades educativas especiais sejam atingidos na sua totalidade com um currículo efetivo e uma abordagem eficiente, isso requer que os fatores pessoais e ambientais sejam ressaltados e ressignificados, causando impactos sobre o funcionamento do desenvolvimento da pessoa. Esses fatores compreendem habilidades e competências que são aprendidas ao longo do desenvolvimento humano, ou seja, ao longo da vida, e que o ambiente positivo, estimulador e favorável com suportes apropriados, maximiza e potencializa os comportamentos adaptativos e as condições de ensino e aprendizagem, contribuindo, assim, para práticas mais efetivas e abordagens pedagógicas mais eficientes.

O currículo vem associado não ao simples fato de seguir uma matriz curricular pré-estabelecida, mas como um instrumento que serve para delinear uma ação pedagógica e direcionar as intenções de cunho educacional para proporcionar aos alunos o seu desenvolvimento.

É necessário e indispensável compreender que existem necessidades comuns entre o público-alvo da educação especial e que precisam ser identificadas, compreendidas e atendidas dentro do contexto de atuação e prática docente, buscando-se, prioritariamente, a importância para a aprendizagem, seja na escolarização de educandos, de maneira a atender um currículo formal, ou para atender educandos que tenham uma proposição para o direcionamento de um currículo funcional. Ressalta-se, nesse contexto, que lhes sejam assegurados todos os direitos de aprendizagens, o seu desenvolvimento global e a garantia da qualidade do ensino para a promoção humana, com vistas à inclusão social de todos os sujeitos.

Partindo do viés da promoção humana para o desenvolvimento dos sujeitos em processo de escolarização em espaços educacionais especiais, evidencia-se que no momento do direcionamento de uma abordagem curricular e de um planejamento focado na promoção gradativa desses sujeitos, devemos sempre enfatizar as habilidades e as potencialidades que cada estudante apresenta, ao invés de prevalecer os seus déficits e as suas limitações. Deve-se ter como base para o aprendizado dos(as) alunos(as), a colaboração coletiva e solidária e não a competição. É preciso pensar a inclusão e não a exclusão e segregação dos sujeitos com necessidades educativas especiais nas possibilidades individuais e nos sentimentos que cada um traz ao invés de silenciá-los e privá-los de abordagens específicas e focais, em que é preciso proporcionar ambientes promotores e valorizadores de compartilhamento de experiências educativas que vislumbrem as necessidades de cada um(a) nos diferentes espaços.

São diversas as dificuldades do trabalho pedagógico nas escolas especiais e nas intervenções docentes na práxis pedagógica, uma vez que as especificidades e a heterogeneidade dos(as) alunos(as) implicam demandas de abordagens diferenciadas, envolvendo a acessibilidade educacional nos seus diversos aspectos e contextos.

No decorrer das ações pedagógicas, encontram-se fatores problematizadores para eliminação dessas dificuldades e para o rompimento de barreiras que muitas vezes impedem a aquisição cognitiva desses educandos, mas que, por sua vez, não podem ser impeditivos da

efetivação das propostas pedagógicas, nem tampouco restritivas para as abordagens curriculares das diversas realidades encontradas junto ao público-alvo da educação especial. Nesse contexto, a diversificação curricular da educação especial dentro dos seus níveis e modalidades de ensino e o currículo formal trabalhado nas escolas se direcionam em conjuntos de resultados e metas para o trabalho com os estudantes com necessidades educacionais especiais.

O currículo para as intervenções relacionadas as especificidades de cada aluno ganham espaço nas práticas diárias e nas interações entre os alunos que necessitam de mediações significativas, de trocas não planejadas e/ou mediadas pelos docentes em contextos de Atividades de Vida Diária - AVDs:

É frequente que os professores não interfiram no currículo, mas se orienta que haja diferenciação curricular, uma vez que os estudantes são diferentes e a escola precisa remover as barreiras interpostas para a aprendizagem dos alunos, a começar pelas apresentadas pelo currículo formal (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017, p. 82).

As aprendizagens e intervenções pedagógicas devem ser elaboradas com base nas interações entre os estudantes e os seus contextos. A relação entre a família e a escola, as interações sociais e ambientais, bem como as vivências individuais de cada um, diante das questões culturais e sociais nas suas particularidades, devem ter destaque e relevância.

Para tanto, dentro das perspectivas de aprendizagem e de currículos que atendam às necessidades pontuais de cada estudante, é preciso que o currículo seja flexível e passível de acessibilidade e mudanças constantes, uma vez que deve levar em conta os ritmos e os tempos de aprendizagem de cada aluno(a), buscando, dessa forma, a ampliação do conhecimento formal e das potencialidades e especificidades apresentadas por esses.

Para Fernandes (2013), o currículo deve ser apropriado como um instrumento para a realização de um projeto educacional dinâmico e comprometido com a diversidade e singularidades, na apropriação do conhecimento científico pelos alunos que compõem o tecido social da escola. As ações conjuntas do planejamento e da proposta pedagógica impedem que esses documentos se transformem em mero cumprimento de normas, que só serão reanalisados ao final de cada ano letivo, e que, infelizmente, muitos professores consideram desnecessários. Ao contrário, o planejamento curricular serve como roteiro para a prática, permitindo aplicar no contexto de toda abordagem a linha de pensamento e ação da proposta pedagógica para cada especificidade das turmas e dos alunos.

Ainda segundo Fernandes (2013):

A ideia é que a flexibilização/adaptação curricular seja uma prerrogativa para o respeito a pluralidade de ritmos e estilos de aprendizagens presentes em sala de aula, contrariando a crença tradicional de que todos os alunos aprendem da mesma forma, com as mesmas estratégias metodológicas, com os mesmos materiais e no mesmo tempo/faixa etária. Ou seja, tomar a educação como um processo que deixa de estar centrado nas dificuldades para priorizar as capacidades de aprendizagem do aluno, evidencia-

das por suas características e singularidades pessoais (FERNANDES, 2013, p. 176)

Partindo assim da linha de que a flexibilização e a adaptação curricular requerem olhar específico e direcionamento individual para cada perfil do(a) aluno(a), a escola precisa tornar-se acessível a todas as particularidades pontuais de cada estudante, uma vez que as singularidades e as necessidades de cada um se diferem quanto à prática e à intervenção pedagógica aplicada pelo professor. Essas práticas devem elencar a qualidade de ensino oferecida aos(as) alunos(as), bem como deve proporcionar a participação efetiva nas propostas e na realização das ações em sala de aula, buscando desenvolver atividades acessíveis para que haja a compreensão por parte de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, além de metodologias interventivas e instrumentos que possibilitem e sejam facilitadores para aquisição e contribuição do ensino de novos conhecimentos.

A UNESCO (2004 apud FERREIRA, 2007) adota o conceito de diversificação do conteúdo curricular para contribuir no processo de ensino-aprendizagem de todos os estudantes. Direciona-se a utilização de formas inovadoras ao currículo, modificando as práticas pedagógicas interventivas, em que o estudante passa a ser o foco e centro do processo de ensino. Na organização docente e diversificação curricular, é necessário adaptar os conteúdos e as metodologias, conforme os perfis e níveis de habilidades de cada aluno(a) em sala de aula. As diferentes metodologias, a criação de ambientes e a estratégia de utilização de instrumentos diversificados favorecem as aprendizagens e dão acessibilidade aos currículos.

Uma forma de diferenciar o currículo proposto é adaptando os conteúdos definidos dentro das Propostas Pedagógicas Curriculares (PPC) para facilitar as definições, os conceitos e as habilidades, também diferenciando a maneira como as informações são apresentadas aos estudantes e, como os(as) alunos(as) assimilam e utilizam os novos conhecimentos aprendidos, possibilitando, assim, o devido acesso aos conteúdos curriculares. A busca para entender como os estudantes externalizam o que aprenderam é de extrema importância, pois só desse modo poderemos redirecionar as atuações curriculares e educacionais do público da educação especial.

Para podermos definir um planejamento acessível e diferenciar o currículo para alcançar os objetivos e as expectativas de aprendizagens dos nossos estudantes dentro das suas etapas e níveis de escolarização, devemos, inicialmente, conhecer as singularidades e características específicas de cada um(a). Posteriormente a isso, há a necessidade de identificar os estilos de aprendizagens, planejando as intervenções, considerando os perfis individuais, buscando promover a participação e interação de todos nas propostas de atividades em sala de aula.

Oliveira e Carvalho (2017) frisam que o “Documento Orientador: Educação e ação pedagógica” (2017) sugere que os currículos podem ser adaptados para que possam atender as demandas dos(as) alunos(as) com necessidades educacionais especiais:

- Considerar as experiências passadas do estudante, seus estilos de aprendizagem e suas preferências;
- Desenvolver questões e atividades que implicam diferentes níveis de habilidades;

- Modificar as expectativas para alguns estudantes, inclusive diferentes objetivos e resultados;
- Promover oportunidades para variados níveis de participação, tais como atividades individuais, em pares ou em pequenos grupos.
- Dar oportunidade de escolha ao estudante para determinar os métodos que utilizam para reunir e sintetizar informações e em demonstrar a sua compreensão de um conceito ou desempenho de uma habilidade ou tarefa;
- Atribuir igual valor aos métodos de cada estudante;
- Avaliar os estudantes com base em objetivos e progressos individuais (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017, p. 84 - 85).

Ao considerar todos os aspectos adaptativos dos(as) alunos(as), sejam eles no âmbito social, cultural ou individual, busca-se minimizar as dificuldades das ações de abordagem curricular, uma vez que a intencionalidade de atuação docente é promover e possibilitar espaços e ambientes favoráveis ao desenvolvimento educacional e pedagógico dos estudantes, articulado com a flexibilidade e a aplicabilidade de um currículo e um planejamento realmente eficiente.

Roldão (2003) defende práticas diferenciadoras que privilegiem a cooperação entre pares, o apoio interpessoal planejado em grupos por estratégias colaborativas, possibilitando aprendizagens coletivas. Essas intervenções são muito significativas aos estudantes, pois têm como ênfase as aprendizagens colaborativas e coletivas, visto que buscam a organização do ensino a partir do que os alunos trazem nas suas vivências e no compartilhamento de aprendizados, bem como pleiteando a apropriação do currículo adotado, fazendo com que os sujeitos envolvidos no processo educativo, sejam esses docentes ou estudantes, possam atuar como construtores do conhecimento nas suas interações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura dos trabalhos científicos pesquisados para a realização deste artigo, destaca-se que a dimensão da proposta curricular nas escolas especializadas busca oferecer instruções de auxílio pedagógico aos docentes atuantes em contextos especiais, direcionando e adequando o trabalho aos diversos níveis, aos quais cada educando seja melhor representado. Visa-se também contribuir com o processo de ensino e de aprendizagem, oferecendo uma base que poderá ser adequada a cada realidade e peculiaridade das turmas e alunos das escolas especiais. Nesse viés, a proposta curricular deve fornecer subsídios para os encaminhamentos e adequações metodológicas que se fazem necessárias às demandas atendidas, focando sempre em uma abordagem significativa e qualitativa na aquisição e direcionamentos para novos conhecimentos e a garantia do efetivo processo de escolarização.

Dessa forma, cabe ao docente atuante na modalidade de educação especial, buscar adequar suas metodologias de ensino e aprendizagens para cumprir e garantir aos estudantes instrumentos, ambientes, técnicas e ações que efetivem as suas práticas pedagógicas interventivas, meios e alternativas para possibilitar o desenvolvimento integral dos(as) alunos(as) frente ao currículo e à sua abordagem.

O currículo e a sua aplicabilidade dentro dos contextos das escolas especiais necessitam ser flexíveis e dinâmicos, com dimensões e intenções diversas, de multi-representações. É por ele que a escola direciona as necessidades educacionais de suas demandas e as suas especificidades, mas, principalmente, é o currículo que define a proposta de inclusão ou exclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BANZZATTO, Regiane, B. **Educação Especial: pesquisa e prática**. Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Inclusão Escolar)

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2000**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 01 mar. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. 2. ed. Coordenação geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2013. (Série Fundamentos da Educação)

GOODSON, I. **A construção social do currículo**. Lisboa: EDUCA, 1997.

MAINARDES, J. **A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional**. *Jornal de Políticas Educacionais*, local, v. 12, n. 16, p. ?-?, ago. 2018

LARA, A. M. B.; MOLINA, A. A. **Pesquisa qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias**. Disponível em: [gepeto/ufschttps://gepeto.paginas.ufsc.br](https://gepeto.ufsc.br/gepeto.paginas.ufsc.br). Acesso em: 15 mar. 2022.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXyTcQH-CJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MATÍNEZ, A.; GONZÁLES REY, F. **O Subjetivo e o Operacional na Aprendizagem Escolar: pesquisas e reflexões**. In: MITJÁNS, Martínez, A.; SCOZ, B. J. de L.;

CASTANHO, M. I. S (Org.). **Ensino e aprendizagem: subjetividade em foco**. Brasília: Líder Livro, 2012.

OLIVEIRA, F. M. G. S. **Documento norteador: educação e ação pedagógica**. In: SOARES, Fabiana Maria das Graças; CARVALHO, Erenice Natália Soares de (Orgs.). Título. Brasília, 2017.

ROLDÃO, M do C. **Diferenciação curricular revisitada: conceito, discurso e práxis.** Porto/Portugal: Porto Editora, 2003.

SACRISTÁN, J. Cimenó. **O currículo uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Disponível em: www... Acesso em: 15 abr. 2021.

UNESCO. ***Changing teaching practices: using curriculum differentiation to respond to students' diversity.*** 2004. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001365/136583e.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.